

tomar assim tanto em consideração as realidades materiais e sócio-culturais mais profundas que o informam? Sem dúvida que a conjugalidade e a individualidade estão a desempenhar um papel cada vez mais central nas relações familiares de aldeias como Xiajia, mas não poderíamos nós falar da emergência de uma nova forma de «familismo» mais aburguesada, em vez de falarmos de um «triumfo da conjugalidade e da individualidade»? Em suma, eis um livro polémico ilustrativo da vitalidade da antropologia contemporânea, que será bastante apelativo para os leitores de uma revista interdisciplinar de ciências sociais como a *Análise Social*.

GONÇALO DURO DOS SANTOS

*Armando Malheiro da Silva, Sidónio e Sidonismo*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, 431 e 413 páginas.

Em *Sidónio e Sidonismo*, adaptação da sua tese de doutoramento, Armando Malheiro da Silva propõe algo de simultaneamente útil e difícil: apresentar ao leitor, de forma exaustiva, os conhecimentos historiográficos sobre Sidónio Pais. Útil, porque muito do que se escreve sobre Sidónio e a sua breve presidência da República se baseia num número reduzido de fontes, nem sempre fiáveis, mas sobre as quais assentam várias ideias feitas; difícil, porque,

tendo em conta a natureza da carreira de Sidónio Pais, tal obra é, em grande parte, de pouco interesse para quase todos os potenciais leitores: a estreia política de Sidónio ocorreu apenas após o 5 de Outubro; pouco conseguiu realizar nos anos que se seguiram; em Berlim, como ministro, foi geralmente ignorado pelos governos português e alemão; verdadeiramente nasceu para a história com a conspiração que o levou ao poder em Dezembro de 1917, pouco menos de um ano antes da sua morte violenta na gare do Rossio. Por outras palavras, a biografia de Sidónio Pais, enquanto obra literária capaz de entusiasmar o leitor e fornecer-lhe, tanto quanto possível, um entendimento da forma de pensar e agir do sujeito retratado, é de difícil execução, já que muita da vida levada por Sidónio foi tudo menos excepcional — e o mito sidonista, fascinante e único na história contemporânea portuguesa, mas frequentemente abordado por outros autores, fica fora do âmbito de *Sidónio e Sidonismo*.

A divisão desta obra em dois volumes, com o segundo dedicado exclusivamente ao período de Dezembro de 1917-Dezembro de 1918, demonstra que Armando Malheiro da Silva tentou resolver este dilema: mas nem sempre o esforço de adaptação da tese de doutoramento para obra destinada a um público maior (esforço demonstrado pelo enorme número de notas de rodapé que remetem o leitor, não para as fontes, mas para a tese) foi bem sucedido. Qualquer dos dois volumes é excessivamente lon-

go, em parte pela reprodução, directa ou indirecta, de documentos facilmente consultáveis (tais como decretos e debates parlamentares), em parte pelo estilo do autor, algo dado a discussões tangenciais que o afastam do essencial da obra. O ponto forte de *Sidónio e Sidonismo* reside na pesquisa detalhada da vida de Sidónio Pais. A descoberto, finalmente, ficam as suas várias carreiras: militar (surpreendentemente breve), docente, administrativa, política (antes e depois do golpe de Estado de Dezembro de 1917) e diplomática. A descoberto fica, porém, o facto de haver pouco de notável na vida de Sidónio até 1917. O autor lida também, e com notável cuidado, com a pouco ortodoxa vida familiar do seu biografado. Para qualquer historiador que queira referir-se a Sidónio e ao sidonismo, a consulta da obra de Armando Malheiro da Silva será, e por muito tempo, obrigatória. Mais discutível é a interpretação feita pelo autor do cômputo geral da obra política sidonista e de algumas das suas partes.

Ao longo de 1918 e dos anos que se seguiram foram duas as questões que dividiram a opinião pública portuguesa em relação a Sidónio Pais, à sua obra e aos seus propósitos. A primeira, e mais importante, estava relacionada com a intervenção portuguesa na Grande Guerra; a segunda, com as ligações entre Sidónio Pais e os monárquicos. Por outras palavras, sobre a acção e a memória de Sidónio pairavam duas acusações — a de ser traidor à pátria e de ser traidor à República. Muito mais

tarde, historiadores e politólogos debruçaram-se sobre outros aspectos do regime sidonista, especialmente as semelhanças notáveis entre o *dezembrismo* e os regimes antidemocráticos que não tardariam a proliferar por toda a Europa. Fora Sidónio Pais um pioneiro do assalto autoritário ao liberalismo, um protofascista? O que teria acontecido a Sidónio Pais, ao seu regime e a Portugal se este tivesse escapado às balas de José Júlio da Costa na estação do Rossio?

Armando Malheiro da Silva, quanto às primeiras acusações, não tem dúvidas: longe de ser um vendido ao ouro alemão, ou um germanófilo convicto, Sidónio Pais esforçou-se por cumprir as obrigações de Portugal para com os aliados, sendo impedido de reforçar o Corpo Expedicionário Português por uma série de circunstâncias que não podia controlar. E, por outro lado, se Sidónio Pais aceitou a cooperação monárquica, fê-lo apenas por ser estruturalmente republicano, isto é, tolerante de outras forças políticas, disposto a um compromisso que para ele nascia da necessidade de *salvar* o país. Quanto às possíveis ligações ideológicas entre o regime sidonista e os vários regimes fascistas ou meramente autoritários que se lhe seguiram, o autor declara logo na introdução o seu ponto de vista: há um «erro óptico» que tem levado a quase totalidade dos historiadores a confundir alguns dos elementos ideológicos minoritários do republicanismo português, incapazes de se imporem após o 5 de Outubro, mas nem por

isso menos genuínos, com os regimes autoritários do pós-guerra, incluindo o fascismo italiano. Segundo Malheiro da Silva, a nossa hipótese parte, pois, desta mudança de perspectiva: acentuar que Sidónio Pais foi, dentro dos seus particularismos psicobiográficos, um republicano e um democrata e que o dezembrismo/sidonismo não representou qualquer tipo de ruptura ou de alteração substancial relativamente à matriz ideológico-política e político-institucional em que surgiu, achando-se incluídas no património doutrinário do Partido Republicano Português, desde o último quartel de Oitocentos, a corrente presidencialista, a denúncia dos efeitos do parlamentarismo e a ênfase positivista na aliança da ordem com o progresso.

Ninguém nega hoje o republicanismo de Sidónio — e mesmo em 1918 e nos anos que se seguiram apenas a imprensa do Partido Democrático o fez. É legítimo, porém, questionar algumas das interpretações de Malheiro da Silva, tendo em conta a longa tradição historiográfica — não coincidente com qualquer posicionamento ideológico — de ver no sidonismo algo de novo. Em primeiro lugar, Malheiro da Silva parece prestar à experiência da guerra menos importância do que esta merece. O facto de Sidónio Pais cooperar com os aliados, especialmente com a Inglaterra, é de pouca monta, pois estes queriam reduzir ao mínimo o esforço de guerra português, o que ia de encontro aos desejos de Sidónio Pais. A política intervencionista de, entre outros, Afonso Costa, An-

tónio José de Almeida e Norton de Matos foi feita, até certo ponto, *contra* a Inglaterra. Não foi por escolha de Sidónio Pais que a tragédia do 9 de Abril ocorreu, isto é, não foi por sua vontade que ainda havia tropas portuguesas nessa data nas trincheiras da Flandres, mas porque os aliados, preocupados com a transferência da frente leste para a França de formações alemãs após o Tratado de Brest-Litovsk, demoraram demasiado tempo a retirar o Corpo Expedicionário Português (CEP) das linhas da frente. Discutir a política de guerra de Sidónio sem referir o papel no golpe sidonista de unidades militares prestes a partirem para a França (incluindo o célebre Infantaria 33), o regresso em licença a Portugal de oficiais que não mais voltaram às suas unidades e a presença de Sidónio Pais no cais de desembarque, quando chegavam os feridos, estropiados e doentes do sector português da frente, é retirar a essa política a sua carga simbólica, tão bem compreendida pela população portuguesa. Como explicar de outra forma a explosão de popularidade de Sidónio, os seus banhos de multidão nas deslocações fora de Lisboa? Seria também interessante saber o que Malheiro da Silva pensa do *timing* do golpe sidonista, já que este impossibilitou a realização de uma sessão parlamentar que se anunciava agitada, já que, tal como tinha acontecido anteriormente em França, os deputados que faziam parte do CEP tinham regressado a Lisboa para — e isto dizia-se abertamente na imprensa lisboeta, e encontramos ecos da acusa-

ção noutras fontes fidedignas — impor uma nova e mais abrangente União Sagrada, capaz de dar aos homens do CEP a sensação de que o país estava realmente a apoiá-los. Seria Sidónio Pais capaz de derrubar tal governo? Agiu ele de forma a antecipar-se a essa nova situação?

Mais importante, porém, é a discussão sobre o significado histórico do sidonismo. Limitá-lo à expressão de correntes minoritárias do republicanismo português é, de certa forma, menosprezá-lo enquanto fenómeno político, fazendo dele o resultado de uma confusão momentânea no seio desse mesmo republicanismo, rapidamente corrigida depois do fim da guerra. Malheiro da Silva sugere que, com base na sua obra, se proceda a uma revisão do papel dos sidonistas no 28 de Maio, na ditadura militar e no próprio Estado Novo. Mas, da mesma forma que se podem exagerar, num erro teleológico, as ligações entre um regime e outros que se lhe sigam, é possível exagerar as ligações entre esse mesmo regime e regimes, ou doutrinas, que o tenham antecedido. O que há, por exemplo, de verdadeiramente novo no programa de Mussolini em 1919? Muito pouco. Os aspectos inovadores do fascismo italiano aparecem mais tarde, sobretudo após a conquista de uma posição inatacável no governo. Mussolini partiu de uma base socialista, radical, *mazziniana*: o resto veio depois, e com tempo — esse mesmo tempo que faltou a Sidónio Pais. Sidónio Pais agiu, em Dezembro de 1917, de forma, pensou ele, a refundar a República, devolvendo-lhe

a pureza inicial de Outubro de 1910, entretanto perdida pela «demagogia» dos democráticos. Mas a necessidade de proteger a sua República Nova e, ao que parece (e Malheiro da Silva não a nega), a enorme popularidade de que gozou, e que de forma pouco subtil tentou manipular, levaram Sidónio Pais a afastar-se das suas intenções iniciais, distanciando-se progressivamente das convicções políticas de toda uma vida e dos princípios básicos do republicanismo português, aqueles que, até 1910, asseguraram a união do Partido Republicano Português. Tendo a sua estada no poder sido tão curta e marcada por tantas mudanças de direcção, a importância de Sidónio Pais tem de ser avaliada não só pela obra por ele realizada, mas também pela obra que pretendia realizar — e isto não só em Dezembro de 1917, como também em Dezembro de 1918, quando o regresso ao 5 de Outubro parecia já uma miragem distante.

FILIFE RIBEIRO DE MENESES

*Hans G. Kippenberg, Discovering Religious History in the Modern Age*, Princeton e Oxford, Princeton University Press, 2002, 264 páginas.

There is no data for religion. Religion is solely the creation of the scholar's study.